



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **12 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 13 de maio de 2013

A CRITICA Omar garante que união de políticos em torno da ZFM não tem ligação com eleições de 2014 1 VEICULAÇÃO LOCAL	1
DIÁRIO DO AMAZONAS Manutenção das vantagens da ZFM vai para votação final no Senado 2 VEICULAÇÃO LOCAL	2
DIÁRIO DO AMAZONAS Faturamento no Polo Industrial cresce 7,57% no trimestre 3 VEICULAÇÃO LOCAL	3
VALOR ECONÔMICO Inovação depende de reestruturação produtiva, aponta estudo 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
VALOR ECONÔMICO Governo mobiliza ministros para assegurar votação da MP dos Portos 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR ECONÔMICO Saída de Barbosa encerra sequência de divergências fiscais e monetárias 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
CORREIO BRAZILIENSE Homem forte da Fazenda deve sair 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
BRASIL ECONÔMICO-SP Norte do país planeja crescer com o novo mapa do Mercosul 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	11
AMAZONAS NOTÍCIAS Governador Omar Aziz atribui a Marco Aurélio de Mello sobrevivência do polo de informática da ZFM 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	13
BLOG DA FLORESTA Artur Neto concede coletiva sobre audiência com a presidente Dilma 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	14
COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO Garçons atentos 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	15
CORREIO DA AMAZÔNIA Uma briga predatória(por Arthur Bisneto) 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	16

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Omar garante que união de políticos em torno da <u>ZFM</u> não tem ligação com eleições de 2014		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Todos os atores políticos envolvidos diretamente na votação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado têm essa mesma avaliação

Quem assistiu ou viu as imagens de TV e fotografias na imprensa local dos maiores adversários políticos do **Amazonas** se unir, dialogar e até trocar beijos e abraços na mobilização em defesa da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, especificamente na votação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado, sobre os 12% do **ICMS** para o **Amazonas**, pode estar se perguntando: essa reunião é momentânea ou pode significar o retorno do grupo político que vem comandando o Estado há quase 30 anos?

A resposta quem dá é o próprio governador Omar Aziz, que voltou na semana passada a se sentar com o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e conversar com o senador Alfredo Nascimento (PR-AM), ferrenhos adversários desde as eleições de 2010 para o Governo do Estado.

“Essa mobilização é necessária porque estamos buscando salvar o nosso filho, uma das nossas principais riquezas, a **Zona Franca** de **Manaus**. A união, absolutamente, não tem nada a ver com eleições, partidos ou alianças. Isso é um momento e não está condicionado a apoio de “a”, “b” ou qualquer discussão política. Pelo contrário, a relação de conversa que estamos tendo é no sentido de um ajudar o outro primeiramente na CAE, onde saímos vitoriosos. Agora, vem a segunda parte, no plenário”, declarou Omar Aziz.

Todos os atores políticos envolvidos diretamente têm essa mesma avaliação. Deputados federais, que fizeram parte da reunião no Senado, ouvidos por A CRÍTICA também analisam os fatos e fotos como um retrato do momento. “Já vi muitas fotografias nos jornais desse tipo. É uma situação **importante** as pessoas terem maturidade e humildade de colocar os interesses do Estado e do povo acima de qualquer questão pessoal e política, mas isso não reflete que todos estarão em volta da mesma mesa, da mesma aliança no ano que vem”, avalia o deputado Silas Câmara (PDS-AM), acrescentando que é cedo para fazer qualquer tipo de leitura política definitiva. “Lógico que não deixa de ser um elemento (a união momentânea) para ser analisado e avaliado mais lá para frente até se transformar em ação definitiva”, diz deputado do PSD.

Para o deputado Luiz Fernando (PSD-AM), o cumprimento e o beijo trocado entre a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o prefeito de **Manaus** Artur Virgílio Neto – adversários na eleição municipal de 2012 – depois da votação na CAE, foi emblemático. Ele classificou com madura a postura dos políticos em torno da **ZFM**. “Qualquer rusga, prurido ou raiva foi trocado por algo maior”, declarou. Ele citou o reencontro de Omar, Alfredo, Braga, Artur e Vanessa. No entanto, Luiz Fernando também corrobora a tese de que essa união não resvala para as eleições de 2014.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Manutenção das vantagens da <u>ZFM</u> vai para votação final no Senado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Decisão poderá garantir a permanência das indústrias e a atração de investimentos no Estado.

Manaus - O relatório do projeto de unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**), para acabar com a guerra fiscal entre os Estados, foi aprovado na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A matéria manteve a vantagem da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** para a indústria e assegura receita ao Estado. A etapa final será convencer o plenário e evitar colocar o modelo em risco.

O Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) é cobrado em todas as operações comerciais (vendas) internas e interestaduais.

No caso de transações entre Estados, o valor é recolhido no emissor. Para atrair a instalação de indústrias em seus territórios, os Estados concedem créditos do imposto, que são descontados ao final de cada mês, quando a indústria quita seus débitos de **ICMS**. Essas medidas criam a chamada 'guerra fiscal', com a concessão de benefícios sem amparo na Constituição.

Atualmente, a alíquota de crédito é de 12% nas operações originadas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo para o resto do País e de 7% quando a **mercadoria** sai do Sul e Sudeste para as demais regiões.

Na prática, a nova regra causará prejuízos às indústrias do Sul e Sudeste, pois estas fabricantes passarão a receber menos 'descontos' na hora de pagar seus impostos por produtos vendidos a outros Estados. Isso fará com que outras regiões menos desenvolvidas se tornem atrativas.

Apesar de a mudança ser benéfica para as indústrias de **Manaus**, o consumidor do **Amazonas** pagará mais caro pelos produtos, explicou o presidente do Conselho **Regional** de Economia do **Amazonas** (Corecon/AM), Marcus Evangelista. "O comerciante que comprar suas **mercadorias** de Estados que davam crédito de 7%, terá os custos dos seus produtos alterados em função da redução desse crédito para 4%", observa.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Faturamento no Polo Industrial cresce 7,57% no trimestre		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Com relação à geração de empregos, março registrou 116.075 pessoas empregadas no PIM.

Manaus - As empresas incentivadas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** registraram, em março, um faturamento de R\$ 6,26 bilhões. O que representa aumento de 10,16% ante o mês anterior (fevereiro) e 2,87% na comparação com março de 2012. No acumulado do ano, o faturamento chega a R\$ 17,30 bilhões, um crescimento de 7,57% em relação ao primeiro trimestre do ano passado, até então o melhor desempenho para o período em moeda nacional.

Em **dólar**, o faturamento de março equivaleu a US\$ 3.16 bilhões, representando queda de 6,86% em comparação com o mesmo mês de 2012. O acumulado, em moeda americana, nos primeiros três meses do ano foi de US\$ 8.67 bilhões. Na comparação com o mesmo período de 2012, houve um recuo de 4,59%. A diferença pode ser explicada pelo fato do **dólar**, em 2013, ter se valorizado frente à moeda nacional 13,48% em janeiro; 14,83% em fevereiro e 10,44% em março (em relação aos mesmos meses de 2012).

Com relação à geração de empregos, março registrou 116.075 pessoas empregadas no **PIM**. Este número representa um recuo de 1,52% em relação ao mês anterior e de 1,84% em relação ao mesmo período do ano passado. Na média do ano, o **PIM** apresenta uma mão de obra de 117.693, com 12.363 admissões contra 11.857 demissões no somatório do primeiro trimestre do ano. O saldo de empregos em 2013, até março, segue positivo em 506 vagas.

Produtos

O destaque do ano no **PIM** é a **produção** de tablets. A soma da quantidade de aparelhos produzidos nos primeiros três meses deste ano já corresponde a quase o dobro de toda a **produção** do ano passado. Só em março deste ano, saíram do **PIM** 185.413 tablets.

Em todo o ano passado a **produção** chegou a 197.616. Outros produtos do segmento de informática que também tiveram incremento em relação ao primeiro trimestre de 2012, foram os microcomputadores desktop (70,39%) e os microcomputadores portáteis (21,49%).

Também cresceu no período, dentre outros itens, a **produção** de televisores em cores (25,72%), videogames (15,86%), aparelhos de som portáteis (243,53%), condicionadores de ar tipo split (116,96%), câmeras fotográficas (15,51%) e aparelhos GPS (14,35%).

Entre os produtos com baixa na **produção**, destaque para o setor de Duas Rodas. Mesmo apresentando uma recuperação, mês a mês, este ano (de janeiro a março a **produção** já cresceu 12,43%), quando é feita a comparação com 2012 nota-se 22,72% menos motocicletas produzidas. Foram feitas 513.736 motos no primeiro trimestre do ano passado, contra 397.020 no primeiro trimestre de 2013.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Inovação depende de reestruturação produtiva, aponta estudo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Chico Santos e Rafael Rosas | Do Rio

O economista Júlio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do **Ministério** da Fazenda (2006-2007) e professor da Universidade de Campinas (Unicamp), e o reitor do Instituto Tecnológico de Engenharia (ITA), Carlos Américo Pacheco, também professor da Unicamp, estão convencidos que o **Brasil** tem uma estrutura industrial frágil nos setores que mais inovam e também que em muitos setores a **produção** doméstica está situada em patamares de baixa agregação de valor na cadeia produtiva, em pontos onde a liderança não depende do avanço tecnológico. Dessa constatação, eles concluem que para desatar o nó da inovação no país é essencial estimular uma transformação na estrutura produtiva do país.

"A agenda de inovação [no Brasil] pressupõe mudança da estrutura industrial, com estímulo a setores intensivos em tecnologia. E pressupõe também apoiar as empresas em suas ações de alterar suas posições na cadeia de valor". As duas recomendações fazem parte do trabalho "A Política de Inovação", preparado pela dupla de estudiosos para apresentar amanhã à tarde no painel "O **Brasil** e a Inovação - Chave do **Desenvolvimento** Moderno", o terceiro dos cinco em que estão divididos os debates do 25º Fórum Nacional que começa hoje e termina quinta-feira, na sede do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**).

Almeida e Pacheco destacam que as indústrias eletrônica e farmacêutica são internacionalmente as que mais inovam e investem em pesquisa e **desenvolvimento** (P&D). Às duas, somam-se os segmentos de instrumentos médico-hospitalares, de ótica e instrumentação, aeronáutico e, "em menor escala", os de informática, de máquinas e equipamentos e a indústria automotiva.

Para os dois especialistas, a inovação está intimamente associada à necessidade de inserção cada vez maior do país no **comércio** internacional e, por isso, eles defendem, em consequência, a continuidade da política de estímulo à internacionalização de empresas com potencial. Recentemente, o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, disse que essa política, popularizada como de eleição de "campeões nacionais", esgotou-se, pelo menos temporariamente, por falta

de mais empresas de empresas domésticas com potencial para se tornarem multinacionais.

Os autores ressaltam ser consenso entre os especialistas o aumento recente do apoio à inovação no Brasil, incluindo a aprovação da chamada Lei do Bem (incentivos fiscais para pesquisa e **desenvolvimento**) e da própria Lei de Inovação, além do aumento expressivo de linhas de financiamento do **BNDES** e da Financiadora e Estudos e Projetos (Finep). Apesar desses esforços eles avaliam que "temos ainda um longo caminho para alterar o quadro da inovação no Brasil, destacando que aproximadamente dois terços de todo apoio dado ao setor privado para P&D vêm da renúncia fiscal da Lei de Informática, cujo alvo é o estímulo à **Zona Franca** de **Manaus**.

Excluída a Lei de Informática, segundo Almeida e Pacheco, o apoio brasileiro na forma de incentivos fiscais e subvenções representa metade do que dá a Espanha, um terço do que fazem Japão e Reino Unido e um quarto dos Estados Unidos e França. "Rever esse quadro é uma tarefa urgente", afirmam, defendendo tanto a necessidade de ampliação dos incentivos fiscais como do apoio a fundo perdido na forma de subvenções, de modo a alcançar as pequenas e médias empresas.

Os autores também destacam outros dois aspectos quase consensuais: a falta e integração entre a pesquisa acadêmica e as empresas e a insuficiente formação de engenheiros e profissionais de outras ciências exatas, 6% de um total já baixo, contra quase 40% em países como China e Coreia do Sul. Para eles, o setor público brasileiro já gasta razoavelmente, 0,6% do **PIB** em inovação, mas no setor privado o gasto não passa de 0,5% do **PIB**, que seria um quarto do que se aplica nas economias mais avançadas. E concluem que a eficácia deve ser medida por sua capacidade de induzir o gasto privado em inovação.

Em outro trabalho sobre o tema que será apresentado no Fórum, Marcos Cavalcanti, professor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) e André Pereira, pesquisador da Fiocruz, discordam que o **Brasil** invista pouco em ciência, tecnologia e inovação (1,16% do **PIB**

em 2010). Para eles, o problema é que o país investe mal, focado na academia (publicação de artigos) em vez de estimular a interação entre os diversos atores para que a inovação chegue aos produtos comerciais.

Os dois pesquisadores constatam também que mais problemático do que a baixa formação de doutores é o fato de que a esmagadora maioria deles está trabalhando nas

universidades como professores. Estudo da Associação Nacional de Pesquisa, **Desenvolvimento** e Engenharia de Empresa Inovadoras (Anpei) citado pelos autores computou apenas 750 doutores trabalhando em empresas no Brasil, contra 6 mil na Coreia do Sul, país que tem cerca de um quarto da população brasileira.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo mobiliza ministros para assegurar votação da MP dos Portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA - A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, coordenou na manhã desta segunda-feira uma reunião com diversos ministros políticos do governo para orientá-los a promover encontros com as respectivas bancadas partidárias no Congresso na tentativa de assegurar a votação da medida provisória que estabelece um novo marco regulatório para o setor portuário do país (MP 595/12).

O prazo para votar a proposta na Câmara e no Senado se encerra na quinta-feira e o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), convocou sessão para esta segunda-feira para que os deputados debatam a proposta.

A mobilização foi anunciada pelo ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino (PSB), depois de reunião na Casa Civil, da qual participaram também os ministros dos Transportes, César Borges (PR); do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB); das Cidades, Aguinaldo Ribeiro (PP); e do Trabalho, Manoel Dias (PDT).

“Muitos deles já conversaram com seus parlamentares, seus partidos, e outros vão apurar mais ainda a partir dessa tarde, depois do almoço. Os outros vão apurar mais ainda essas conversas”, afirmou o ministro, que se disse confiante da aprovação da proposta na Câmara ainda nesta segunda-feira.

O próprio ministro informou que conversará com os parlamentares do PSB e negou que as discussões envolvendo a MP dos Portos tenham interferido na sua relação com o

presidente nacional de seu partido, Eduardo Campos. O governador de Pernambuco foi um dos protagonistas dos embates sofridos pelo **Governo Federal** durante a análise da proposta, em razão de questionamentos sobre a autonomia dos Estados na gestão dos contratos de arrendamento de terminais em portos delegados pela União.

Leônidas Cristino informou que durante a tarde desta segunda-feira irá se reunir juntamente com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e os líderes governistas no Congresso “no sentido de tirar alguma dúvida e resolver algum problema e trabalhar para essa votação ser reiniciada hoje”. “A determinação é conversar mais ainda com os parlamentares”, disse.

A ministra Ideli Salvatti também participou do encontro ocorrido nesta manhã na Casa Civil. Não houve a participação de ministros do PMDB, maior aliado do governo e detentor das maiores bancadas no Congresso, mas o ministro Leônidas minimizou as ausências. “O PMDB já está bem encaminhado, porque o vice-presidente da República e o presidente da Câmara estão trabalhando nesse sentido também”, disse.

O impasse na votação da chamada MP dos Portos ocorreu depois de embate no plenário na Câmara na noite da quarta-feira. O líder do PR, Anthony Garotinho (RJ), fez uma acusação de que a emenda apresentada pelo PMDB transformaria o texto final em “MP dos Porcos”. A acusação inflamou o plenário e levou o presidente da Câmara a encerrar a sessão sem que a proposta fosse apreciada.

(Bruno Peres | Valor)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Saída de Barbosa encerra sequência de divergências fiscais e monetárias		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nelson Barbosa, secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, aguarda apenas a definição de uma data para deixar o cargo. No fim de fevereiro ele comunicou o ministro Guido Mantega que pretendia sair do governo até o mês de julho. Mantega levou o assunto para a presidente Dilma Rousseff, de quem Barbosa é próximo. Ela não conversou com o secretário nem deu sinais de que tentaria demovê-lo. O Palácio do Planalto e a Fazenda disseram, apenas, que não comentariam a notícia publicada pelo jornal "Folha de São Paulo" sábado. A saída de Barbosa encerra uma sequência de divergências de conteúdo e de forma entre ele, o ministro e o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, envolvendo tanto a condução da política fiscal quanto a própria gestão da política macroeconômica.

Não está decidido quem será o sucessor de Barbosa. Ele já vinha discutindo com Mantega um nome para substituí-lo. Se o perfil for de um funcionário para cuidar mais da máquina da Fazenda do que de temas econômicos, uma possibilidade é o atual secretário-executivo do **Ministério** do Turismo, Valdir Simão, para o cargo. Chegou-se a considerar a hipótese de transferir Augustin do Tesouro para esse posto, que corresponde ao de vice-ministro, ou, ainda, deslocar Márcio Holland da Secretaria de Política Econômica para a Executiva. Não havia, porém, decisão sobre nomes até ontem.

Barbosa entrou no governo **Lula** em 2003, como chefe-adjunto da assessoria econômica do **Ministério** do Planejamento, na gestão de Mantega. Foi assessor da presidência do **BNDES** quando Mantega deixou o Planejamento para assumir o banco. Está na Fazenda desde que Mantega assumiu a pasta, em 2006. Teve participação ativa na preparação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Minha Casa Minha Vida e em praticamente todas as medidas econômicas relevantes do governo. Foi Barbosa quem formulou e conduziu a aprovação pelo Congresso das novas regras de rendimento da caderneta de poupança, mudança considerada politicamente delicada e essencial para que o Banco Central (BC) levasse adiante a redução da taxa de juros.

Sua última iniciativa foi a da reforma do **ICMS** - ele convenceu a presidente de que, embora complexo e difícil,

era preciso tentar mexer na estrutura do **ICMS** e na do PIS-Cofins. A primeira não vingou. A segunda, ele não terá tempo para tocar.

Formulador de política econômica, Barbosa perdeu espaço no governo de Dilma Rousseff na medida que Augustin foi ampliando sua presença nas mais diversas áreas. Na semana passada, o secretário do Tesouro Nacional participava de reuniões sobre a distribuição de "slots" nos aeroportos. Mesmo quando concordava com uma medida do governo - como a de afrouxar o superávit primário para aumentar o investimento público -, Barbosa discordava da forma como isso era feito. Para ele, essas decisões deveriam ser transparentes, previamente anunciadas e exaustivamente explicadas.

Barbosa começou o ano avaliando que tinha espaço no governo para levar adiante uma agenda de políticas que considerava **importantes**. A mais de um interlocutor disse que, apesar do desgaste pessoal que vinha se acumulando, teria condições durante os dois últimos anos de governo para continuar fazendo o mesmo, o que não se confirmou. Barbosa foi voto vencido no polêmico modelo de renovação das concessões do setor elétrico, discordou da baixa taxa de retorno nas rodovias e é contra o fundo com recursos do Tesouro para financiar infraestrutura, mas a favor de um sistema eficiente de garantias. Embora desenvolvimentista, ele é menos intervencionista que a média do governo.

Com espaço cada vez mais reduzido na discussão dos rumos da política econômica, Barbosa foi chamado para integrar a comitiva presidencial na viagem à Argentina, no fim de abril. A convocação, inesperada e feita na última hora, foi inicialmente interpretada como um sinal de que a presidente Dilma Rousseff faria algum movimento para segurar Barbosa no governo. Não foi o caso.

Discordâncias também levaram o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, a tentar exonerar o secretário executivo do **Mdic**, Alessandro Teixeira, num ato abortado pelo Planalto na semana passada. **PIM**entel teria preparado o ato de demissão de Teixeira e enviado à Casa Civil para ser encaminhado ao Diário Oficial da União, sem consultar a presidente Dilma. Informada, ela não deu aval a

iniciativa. Dilma e Teixeira trabalharam juntos no governo de Olívio Dutra do Rio Grande do Sul.

Barbosa volta para a Universidade Federal do Rio de Janeiro enquanto cumpre a quarentena. (Colaborou Leandra Peres, de Brasília)

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Homem forte da Fazenda deve sair		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Um dos principais articuladores da política econômica do governo, o secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, resolveu deixar o cargo, que passou a ocupar no início de 2011, depois de já ter desempenhado outras funções de relevo na pasta. O pedido de demissão expõe, segundo especialistas, um clima de tensão na equipe comandada pelo ministro Guido Mantega. A decisão, que pode ser oficializada nos próximos dias, teria sido tomada diante da frustração de Barbosa com o projeto de reforma tributária que tentou emplacar no Congresso e das críticas crescentes à condução da economia. A maioria dos projetos de estímulo ao crescimento passaram ou saíram do gabinete do secretário nos últimos anos e, com os fracos resultados da atividade e os investimentos ainda travados, a pressão sobre ele teria se tornado insustentável.

A disputa de poder na equipe econômica também desgastou Barbosa, que é economista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nos bastidores, integrantes do governo afirmam que existe uma rusga entre ele e Arno Augustin, secretário do Tesouro Nacional. Ambos foram colocados nos cargos pela própria presidente Dilma Rousseff, e o segundo ganhou mais poder nos últimos meses. Além de ter participado de decisões **importantes**, como a desoneração do setor de energia, Augustin foi ainda convidado a integrar a coordenação da campanha à reeleição de Dilma, em 2014.

Mudanças

Para especialistas, a saída de Barbosa do governo não vai alterar substancialmente a política econômica. A avaliação é de que as decisões, em sua maioria, devem continuar a sair do Palácio do Planalto. "Se mudar, será pouca coisa, as diretrizes já estão dadas e o Tesouro Nacional tem papel **importante** nelas", observou Felipe Salto, economista da Tendências Consultoria. Na visão dele, o governo deve continuar a usar a política fiscal para promover desonerações, manter os juros baixos, a despeito da inflação elevada, e continuar adotando medidas protecionistas.

Mantega ainda não conversou com Barbosa sobre a demissão. Em janeiro, o secretário já havia manifestado o desejo de sair, mas foi convencido a permanecer até que o

projeto que reformula o Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** fosse aprovado no Legislativo. O encontro deve ocorrer hoje e terá o objetivo de dissuadi-lo. Segundo fontes do governo, porém, "a decisão é peremptória, irreversível e inevitável". Tanto que já começaram a circular nomes de possíveis substitutos, como o do secretário de Política Econômica, Márcio Holland, e o de Bernard Appy, que já ocupou o cargo no governo Lula.

Revés

O secretário executivo se desgastou politicamente nos últimos meses tentando emplacar uma reforma tributária que ameaça naufragar. Uma das missões dele na função era convencer secretarias estaduais de Fazenda e parlamentares a aderir ao projeto de mudanças nas regras do **ICMS**.

A proposta que foi aprovada na última semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, porém, é vista como uma derrota pelo Palácio do Planalto. Em vez de consolidar apenas duas alíquotas nas operações interestaduais, de 4% e 7%, como queria o governo, os parlamentares fizeram emendas que desfiguraram o projeto original. Uma delas estende os 12% da **Zona Franca** de **Manaus** para as demais áreas de livre **comércio** do país. O mesmo percentual vai valer para as operações com gás natural **importado**.

O entendimento é que essas e outras mudanças feitas no Congresso vão aumentar a confusão tributária em vez de reduzi-la. Com isso, a Fazenda, que pretendia oferecer R\$ 500 bilhões em compensações para os estados que fossem prejudicados com a reforma, ameaça voltar atrás. "A saída de um integrante **importante** da equipe econômica revela uma falha de articulação do governo. Ocorre em um momento sensível para o país em função do baixo crescimento e da falta de bons resultados", alertou Salto.

Prestígio

Barbosa ganhou destaque no governo a partir de 2006, quando coordenou o programa econômico na campanha de **Lula** à reeleição. Quatro anos depois, quando Dilma entrou na disputa presidencial, ele também assumiu a coordenação econômica e passou a ser cotado para o cargo de ministro da Fazenda, o que não se concretizou. A

possibilidade de ele assumir o posto o transformou em uma ameaça potencial para Mantega. Segundo integrantes do

governo, a importância do secretário à época alimentou boatos sucessivos de que o ministro seria trocado.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Norte do país planeja crescer com o novo mapa do <u>Mercosul</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Futura adesão de quatros novos países leva estados a traçar planos de internacionalização para suas empresas

Gustavo Machado

Após a entrada da Venezuela no Mercosul, as negociações para a adesão de quatro novos membros está criando alvoroço nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Com o iminente ingresso de Bolívia e Equador, além das adiantadas conversas com Suriname e Guiana, uma nova configuração geográfica do bloco se formará. Com isso, essas regiões — distantes dos membros originais, Argentina, Uruguai e Paraguai — esperam ganhar competitividade com o possível fim das barreiras tarifárias com os países do Norte da América do Sul.

O otimismo já se espalhou pelos estados ao Norte do país. No Amazonas, o projeto Manta Manaus, que liga a capital amazonense ao Oceano Pacífico, está atrelado à adesão de novos membros ao bloco e a uma negociação paralela com o Peru. Está prevista também uma estrada que ligará a cidade brasileira a Georgetown, na Guiana, que só sairá com o ingresso do país.

Juliane Simão Mello, Secretária Adjunta de Relações Internacionais do Amazonas, espera por um salto nas importações do estado com a nova geografia política. Até hoje, a Zona Franca de Manaus é responsável pelo abastecimento de motocicletas, televisores e celulares apenas no âmbito nacional. A falta de competitividade logística inviabiliza as exportações, mesmo que seja para países próximos, afirma.

Com a nova malha rodoviária, ainda em projeto, e com o fim das barreiras tarifárias, ela quer inundar os países limítrofes com produtos manauaras. "Somos o principal fabricante de eletrônicos na região. Estes países seriam beneficiados com a compra de nossos produtos, que são mais baratos", argumenta. "Não pensamos apenas em exportar, mas em importar também. Os produtos no mercado interno chegam aqui com um custo altíssimo, enquanto que logo ao nosso lado temos alimentos em abundância que poderiam nos abastecer", complementa.

Enquanto isso, no Maranhão, um plano para aproveitar o novo mapa já está em curso. Paulo Henrique de Abreu Carmo, Superintendente de Comércio da Secretaria de Desenvolvimento, diz que a adesão desses países será determinante para o estado. "Temos um plano de internacionalização das empresas que estão presentes no Maranhão que passa, necessariamente, pelo fortalecimento do Mercosul", diz o Superintendente.

Bolívia está mais adiantada

O acordo com a Bolívia é o mais adiantado. Falta apenas a aprovação dos congressos dos quatro membros plenos — o quinto membro pleno, o Paraguai, continua suspenso. Já o Equador espera há anos a conclusão das negociações e deve se juntar ao bloco após a Bolívia. Os casos das adesões de Suriname e Guiana são os mais distantes, mas têm causado alvoroço.

Até fevereiro, quando o Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, anunciou as negociações com os dois países, estava previsto um acordo para transformá-los em membros associados. Isso mudou desde então e querem que ambos sejam membros plenos.

Ivan Ramalho, Alto Representante Geral do Mercosul, é quem está incumbido de aproximar estes países do bloco. "Nossa meta é concentrar no Mercosul 90% de todo o PIB sulamericano. Com o ingresso da Bolívia, chegaremos próximos de 80%", diz Ramalho.

As viagens a Georgetown e a Paramaribo (Suriname) são os principais motivos que levam o ex-secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) a acreditar no crescimento político e econômico do bloco. "Estamos criando um novo mapa, além das questões econômicas. Com o ingresso dos países ao Norte, outras regiões passarão a usufruir deste novo momento", conta.

Venezuela está se mexendo

Enquanto quem quer entrar traça planos, quem já está dentro os coloca em prática. O vice-presidente da Câmara Venezuelana Brasileira de Comércio e Indústria, o professor Osvaldo Rovetto Castane-da, afirma que este é um grande momento para seu país. "As empresas estão com novas opções

à mesa. Elas estão no lugar certo, na hora certa. A proposta de novos integrantes amplia e engrandece a ideia de integração continental."

No entanto, o professor ressalta que também surgem problemas com a integração comercial. Um deles, notório, aconteceu no ano passado. Sem dinheiro, a Comissão de Administração de Divisas (Cadiv) — órgão venezuelano que faz as transferências monetárias — atrasou o pagamento de

exportadores brasileiros. Silenciosamente, o governo brasileiro interveio para que os empresários recebessem, pelo menos, no prazo máximo de 90 dias. "Esses empecilhos são parte do crescimento. Como o Brasil teve dificuldades em alguns momentos, a Venezuela está resolvendo novas situações. A tendência de melhora passa pela participação de todos os países", diz Rovetto.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Governador Omar Aziz atribui a Marco Aurélio de Mello sobrevivência do polo de informática da <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governador Omar Aziz atribuiu, nesta sexta-feira, 10 de maio, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, a sobrevivência do polo de informática, da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, responsável por um faturamento de R\$ 4 bilhões/ano e a geração de cerca de 30 mil empregos diretos. Ainda segundo o governador, a atuação do ministro no ano de 2000, quando foi relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Medida Provisória que modificava a Lei de Informática e prejudicava o Estado, até hoje, serve para fundamentar outras ações contra medidas prejudiciais à **ZFM**.

As declarações foram feitas durante sessão em que Marco Aurélio de Mello recebeu na Assembleia Legislativa do **Amazonas** (ALE-AM) o título de Cidadão do **Amazonas**. A comenda foi proposta pelo presidente da Casa, deputado Josué Cláudio de Souza Neto. “Se o senhor não tivesse tomado essa decisão, nós não teríamos hoje um polo com um setor de informática competitivo. Naquela época, se editou uma MP que aniquilava com o setor de informática. A decisão tomada em 2000 reflete os empregos hoje aqui gerados. Só por isso, o senhor já merecia todas as nossas honras”, disse o governador, ao completar que a decisão tornou-se ainda mais **importante** por ter sido tomada num momento em que a correlação de força política era diferenciada em relação ao Estado do **Amazonas**. “Hoje, temos uma proximidade com a presidenta Dilma Rousseff”.

Omar Aziz lembrou que, ano passado, quando o Governo do **Amazonas** precisou novamente recorrer ao STF com uma nova Adin, dessa vez contra o Estado de São Paulo, o voto do então ministro-relator foi tomado como embasamento pelo ministro Celso de Melo, que expediu liminar favorável à **ZFM**.

“Temos uma jurisprudência em favor da **Zona Franca**, o que é muito **importante** para nós. Ele (Marco Aurélio) reconheceu o que manda a Constituição preservando a competitividade do nosso polo industrial. O **Amazonas** hoje faz uma justa homenagem ao ministro que sempre se posicionou a favor do emprego e do **desenvolvimento** da nossa região”, completou o governador.

A favor da prorrogação – Marco Aurélio de Mello, que também é vice-presidente do Superior Tribunal Eleitoral (STE), veio receber homenagem acompanhado da filha, a médica Renata de Santos, do filho bacharel em Direito, Eduardo Afonso, e do primo Mário Melo. Na ocasião, ele se colocou como um defensor convicto do modelo **Zona Franca** e disse que é a favor da prorrogação por mais 50 anos. “O que haverá se terminar a **Zona Franca**? A **Amazônia** se tornará um deserto e hoje, devo alertar, ela já é alvo de cobiça internacional”, disse o ministro, para quem a renúncia fiscal garantida constitucionalmente nada tem de caridade, mas busca permitir **desenvolvimento regional** e concluiu: “a partir de hoje, como cidadão amazonense que sou, vivo o compromisso de amor e cuidado. Haverá de honrar, até meu último suspiro, o compromisso que tenho sobre a necessidade maior de preservar a **Amazônia**”.

Sobre a Reforma do **ICMS** - Ao comentar sobre o próximo passo para a batalha que está sendo travada no Senado Federal em favor da manutenção da alíquota de 12% do Imposto Sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) para a **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, o governador Omar Aziz foi cauteloso e demonstrou preocupação diante da possibilidade de o **Governo Federal** rejeitar a medida na forma como foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

“Demos um passo **importante** na comissão que manteve nossa excepcionalidade e as garantias de competitividade em favor da **Zona Franca**. O outro passo será no Plenário, onde são oitenta senadores. Mas, pelo andar da carruagem, podem ser revistas algumas coisas. O que nos preocupa, pois estaríamos dando um passo **importante** para acabar com a guerra fiscal” disse Omar, ao reconhecer a pressão que vem sendo feita junto ao **Governo Federal** pelas forças contrárias à medida aprovada na CAE.



VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
TÍTULO Artur Neto concede coletiva sobre audiência com a presidente Dilma		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O prefeito Artur Neto (PSDB) desembarca daqui a pouco, às 11h50, no Aeroporto Eduardo Gomes, onde concederá entrevista coletiva a imprensa, sobre os resultados

de sua viagem a Brasília, na última semana, especificamente sobre a discussão em torno do **ICMS** no Senado e a sua audiência com a presidente Dilma Rouseff.

	VEÍCULO COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO		EDITORIA
	TÍTULO Garçons atentos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Foi rompido o dique da contenção da divergência entre o ministro Fernando Pimentel (**Desenvolvimento**) e seu ambicioso secretário-executivo, Alessandro Teixeira. Até o garçom que serve cafezinho no gabinete do ministro sabe a que a situação está insustentável.

	VEÍCULO CORREIO DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Uma briga predatória(por Arthur Bisneto)		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na briga pela manutenção da alíquota de 12% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a Zona Franca de Manaus (ZFM), o Amazonas obteve a primeira vitória nesta semana no Senado Federal. Agora, precisamos continuar unidos, esquecer as diferenças partidárias e tentar vencer esta última etapa que será decisiva para o nosso Estado.

Na reunião, tive orgulho de ver a bancada do Amazonas, o prefeito Arthur Virgílio Neto, o governador Omar Aziz, os empresários e entidades sindicais unidos em defesa do Polo Industrial de Manaus. Tive a honra de participar dessa luta intensa em defesa da ZFM. O Amazonas mostrou união e força que nunca se viu antes. Essa é uma briga predatória. Os estados querem concentrar tudo nas regiões mais desenvolvidas.

O Polo de Manaus representa 90% da economia na região e a redução do ICMS no Amazonas significaria o fim da Zona Franca de Manaus. O Amazonas arrecada R\$ 8 bilhões de ICMS, mas só fica com R\$ 2 bilhões. Ou seja, o

Estado contribui muito para a União. Está na hora da nação contribuir para o Amazonas. Os estados fortes das Regiões Sul e Sudeste precisam compreender a realidade do Amazonas e a importância de manter a floresta em pé.

No Senado, durante reunião, ouvi muita falácia dos senadores de outros Estados que eram contrários à manutenção do Polo Industrial de Manaus. Eles apresentaram dados distorcidos e inconsistência nos seus discursos. Por outro lado, assisti um Amazonas unido em torno da defesa do sustentáculo de nossa economia. Mostramos ao Brasil a força que o Estado do Amazonas tem, mas a batalha ainda continua e tenho a certeza que estaremos cada vez mais firme para buscar essa vitória.(Deputado Arthur Bisneto(PSDB)